

Empresários são contra a anistia

Da Sucursal

São Paulo — Os grandes empresários paulistas, inclusive os representantes das Associações Comerciais e da Federação de Comércio, que reúnem milhares de micro e pequenos empresários s-a-o "por princípio" contra a concessão de anistia da correção monetária para empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado.

Essa postura, normalmente amortecida por outras discussões no meio empresarial, acabou sendo ontem exposta integralmente durante reunião mensal do Fórum de Empresários (uma associação de representantes da indústria, comércio, transportes, agricultura e mercado financeiro de São Paulo), realizada na sede da Associação Comercial e foi referendada por todos os integrantes do fórum — mesmo os mais arredios, como os presidentes da Federação da Agricultura e da Sociedade Rural Brasileira, respectivamente, Fábio Meirelles e Flávio Telles de Menezes, que estavam sendo pressionados por pequenos agricultores a se manifestarem favoravelmente à proposta dos parlamentares Mansueto de Lavor, Ziza Valadares e Humberto Souto. Segundo se apurou, esses empresários se colocaram contra porque têm informações de que o governo deverá anistiar uma parcela dos débitos, estudando casos individuais.

O presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, garante que as entidades que assinaram documento contra a anistia permanecem preocupados com os reflexos do Plano Cruzado nas

micro e pequenas empresas, embora entendam que um benefício desse tipo não possa ser concedido neste momento. Segundo ele, a resolução 1.335, DE 87, que regulamentou a rolagem das dívidas dos microempresários e agricultores, resolveu cerca de 80 por cento do problema. "Se se tiver que fazer algo pelos 20 por cento restantes, entendemos que cada caso seja analisado individualmente", disse.

O presidente da Fiesp, Mário Amato, insistiu que a concessão de anistia representa um benefício para quem não pagou suas contas — ao contrário de milhares de outros empresários que aceitaram o risco do negócio e, quando não tiveram condições de saldar seus compromissos, procuraram os financiadores e negociaram uma solução. "A economia de mercado tem esses riscos e não pode acontecer isso", afirmou, ressaltando, entretanto, ter informações de que o governo está negociando, com os parlamentares e os setores interessados, uma solução alternativa.

No final da reunião, os representantes do fórum distribuíram nota à imprensa, explicando sua decisão contrária à anistia. É a seguinte a íntegra da nota: "O Fórum Informal de Empresários, reunido em 20/06/88, na totalidade de seus membros, resolveu ficar, por quest-ao de princípios, contra a anistia de correção monetária para os empréstimos contraídos durante o Plano Cruzado por agricultores, micro, pequenos e médios empresários, na forma das emendas dos constituintes Mansueto de Lavor, Humberto Souto e Ziza Valadares.

Além de não ser matéria cabível em Constituinte, irrat-se de mudanças de regras que atinjam a atos jurídicos praticados e consubstanciados em contratos livremente celebrados entre as partes, ao amparo das leis vigentes na ocasião. O Fórum reconhece a gravidade da situação criada pelo Plano Cruzado, de inteira responsabilidade do governo, o que recomenda medidas para atender as empresas, especialmente aquelas do setor agrícola, mais afetadas pelo seu malogro.

Para que situações como essas não ocorram novamente, o Fórum considera fundamental o respeito às condições naturais de mercado que não devem ser agredidas por mecanismos artificiais como tabelamentos de preços e de fixação de tarifas.

O Fórum expressa o seu apoio às medidas que vêm sendo anunciadas e implementadas pelos ministros Mailson de Nóbrega, da Fazenda, e João Batista de Abreu, do Planejamento.

O documento do Fórum foi assinado por Mário Amato, presidente da Fiesp; Lázaro Infante, representante da Federação do Comércio de São Paulo; Fábio Meirelles, da Federação da Agricultura de São Paulo; Flávio Telles de Menezes da Sociedade Rural Brasileira; Paulo Queiroz, da Federação Nacional das Associações de Bancos Brasileiros; Dário Ferraz, do Sindicato Nacional dos Transportes; Romeu Trussardi Filho, presidente da Associação Comercial de São Paulo; e Eduardo Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo.



Nas negociações de ontem na Constituinte, Nelson Jobim já se sentou à cabeça da mesa: e o lugar de Covas

Nem Ulysses aparece em dia fraco

Nem o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, compareceu ontem ao plenário para a verificação de quorum que habitualmente coordena. Às 16h10, com apenas 227 presentes, o 1º vice-presidente Mauro Benevides encerrou os trabalhos, marcando nova sessão para às 14h30 de hoje, quando deve ser retomada a votação das Disposições Transitórias. A tribuna chegou a ser ocupada por 21 oradores.

Entre os primeiros discursos, destacou-se o da deputada Moema São Thiago (CE), que anunciou seu desligamento do PDT, acusando o partido que integra há 9 anos de ser hoje "um Eldorado, para aqueles que sonham apenas com o poder como forma de auto-afirmação".

Por coincidência, Moema anunciou seu desligamento da mesma tribuna onde, há cerca de um ano, se utilizando do horário destinado à liderança de seu partido, lançou graves críticas ao presidente do PDT, Leonel Brizola. Como consequência desta iniciativa, perdeu a função de vice-líder. Ontem, para não perder sua "coerência" e para "não fugir à realidade", ela optou por refazer sua vida política, não deixando de novamente criticar o ex-governador. Para ela, Brizola não conseguiu entender ou não quis entender o decisivo papel da Constituinte na transição democrática.

Moema criticou o fato de PDT ter sido o único partido de caráter popular a ter enfrentado o processo eleitoral sem qualquer plataforma para a Constituinte. Apesar disso, foi responsável pela organização do partido no Ceará, sem receber apoio de parte da direção nacional. Conseguiu nas eleições mais de 80 mil votos, chegando à Assembleia como a única pedetista de todo o Nordeste e a única mulher parlamentar eleita pela legenda.

Sem deixar de reconhecer "como é difícil abandonar um partido", que ajudou a construir, Moema transformou Leonel Brizola em alvo de críticas em boa parte de seu discurso. Avaliou o processo Constituinte como palco de inúmeras vitórias e prática constante das negociações como elemento essencial da democracia e acrescentou: "O Governador é a negação de tudo isso".

Vários oradores se solidarizaram com a decisão de Moema, que deve integrar o grupo de dissidentes que estrutura uma nova legenda sob a liderança do senador Mário Covas. A deputada Cristina Tavares (sem partido/PE) elogiou a "coragem, a ousadia e a disposição" de Moema ao optar por refazer sua vida política. Também o deputado Firmo de Castro (PMDB/CE), apoiou a opção da deputada.

QUERCIA

A sessão de ontem registrou também críticas à política econômica do Governo Sarney, transmitidas pelo deputado Doretto Campanari (PMDB/SP), depois de um encontro com o governador Orestes Quercia. Considerando um "comploto contra nosso Estado", ele advertiu sobre as retaliações que São Paulo vem sofrendo e que terá como consequência que, segundo Quercia, dentro de dois meses não haverá mais dinheiro para pagar os funcionários estaduais.

Campanari, que votou por quatro anos de mandato para Sarney, voltou de São Paulo bastante preocupado com os fatos narrados pelo governador. "Ele vai até lá e promete rolar a dívida interna do Estado, mas quando volta faz exatamente o contrário", advertiu. "Seria bom se, da próxima vez que o Presidente voltasse lá, o governador e seu secretariado não fossem ao aeroporto para recebê-lo", sugeriu.



Ulysses

Esquerda condena, mas se divide

A desunião sempre foi a marca registrada dos setores de esquerda e, para a próxima votação na Assembleia Nacional Constituinte — uma das mais polêmicas —, a situação não poderia ser diferente. Quando a fusão de emendas propondo anistia de débitos às micro, pequenas e médias empresas for colocada em votação, as diversas bancadas representativas dos partidos de esquerda assumiram posturas bem distintas.

O Partido Comunista Brasileiro não concorda nem um milímetro com os termos colo-

cados nas emendas do senador Mansueto de Lavor e do deputado Humberto Souto. Afirma o seu líder, deputado Roberto Freire (PE), que a fusão em discussão é indiscriminada, tanto no período proposto (a emenda concede anistia da correção monetária às micro, pequenas e médias empresas que efetuaram empréstimos entre fevereiro de 86 e dezembro de 87), quando no benefício generalizado (todos poderão se favorecer da medida).

Posição semelhante é a do PT. Para o deputado José Ge-

noino, a sociedade não pode assumir responsabilidade pelos riscos inerentes do capitalismo. "Por que socializar o prejuízo do capitalismo, se nunca houve socialização dos lucros?", indagou. Já o PDT está apostando na evolução das negociações e vai apresentar um texto alternativo limitando o prazo de anistia a novembro de 86, bem como as operações de refinanciamento desses empréstimos, com redução de 50 por cento da correção monetária incidente desde sua contratação, e taxa de juros de 12 por cento ao ano.



Caiado expôs o "burro cruzado" em frente ao Congresso e falou mal da política econômica

Lobby usa burro como mascote

Muitos reprodutores de exposição teriam inveja de um burrinho de sete anos que, enfeitado por faixas de protesto, faz plantão na grama do Congresso Nacional. O animalzinho plebeu vale Cz\$ 1,2 milhão, um pouco mais que os oito hectares de terra que percorria puxando um arado para plantar o milho, o arroz e o feijão do pequeno agricultor Celso Aparecido de Moraes.

O burro foi escolhido pela UDR como símbolo do lobby em favor da anistia das dívidas dos agricultores junto aos bancos. O burro e o agricultor, com sua história dos tempos do Cruzado, foram trazidos de Paraju, um pequeno município no Sul de São Paulo. Desde sexta-feira, Celso goza das delícias das quatro estrelas do hotel Aracoara e o burro, da fartura de alimentos no carroceria de um caminhão da UDR.

— Sou burro mas não sou tecnocrata. Não inventei o Cruzado — diz uma das faixas colocadas sobre o lombo dele.

— O burro é a imagem do caos que se encontra no campo — diz Ronaldo Caiado, presidente licenciado da UDR, que não se nega em ser fotografado ao lado do animal.

CARAVANAS

Humor por humor, o dos lobistas que defendem a anistia para os pequenos e médios empresários urbanos e rurais estará hoje muito mais sensível que o do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte. Ontem à tarde, ao comentar sobre o possível adiamento da votação da fusão de emendas prevendo anistia para os pequenos empresários, o presidente da Confederação Nacional dos

Micro e Pequenas Empresas (Conampe), Pedro Cascaes Filho, afirmava que se Ulysses adiar a apreciação de matéria por "15, 20 ou 30 dias, teremos aqui 5, 10, 15 ou 20 mil pessoas", com as caravanas aumentando diariamente.

O presidente licenciado da União Democrática Ruralista (UDR) demonstrou a mesma disposição. Ronaldo Caiado disse que sua entidade terá no mínimo cinco mil pessoas hoje em Brasília, para acompanhar de perto a votação da anistia. Os representantes dos empresários urbanos e rurais não aceitaram um decreto presidencial que vem sendo aventado para resolver o problema, pelo simples motivo de não acreditarem no Governo. "Senhor Governo, nós não acreditamos em você", declamou Cascaes para um canal de televisão. Ele afirmou ainda que um decreto-lei pode ser contestado em juízo, ou "revogado" como alerta Caiado, acrescentando que "não temos certeza de que a lei será cumprida".

A exaltação dos ânimos é sentida nas duas categorias. A UDR trouxe o "burro cruzado" para a frente do Congresso Nacional, fez discurso contra a política econômica de Sarney e castigou os ouvintes de quem trabalha no local com músicas sertanejas em volume altíssimo, que tocaram durante toda a tarde e até à noite. Já os micro e pequenos empresários ameaçam repetir a estratégia da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que acabou fazendo escola entre os patrões.

A Associação Mineira de Micro e Pequenas Empresas (AMME) informa que irá distribuir cartazes e out-doors por todo País denunciando os

"traidores" dos empresários. O bombardeio às bases dos constituintes que votarem contra a anistia já tem até design. Os painéis serão pretos e terão inscritos os nomes dos que disseram não. Ao lado deles, em verde e amarelo estará o nome dos que votaram sim. Junto aos considerados "inimigos" serão colocados os que se ausentarem no dia da votação. "Omissão e não é a mesma coisa", completa.

Na mira dos lobistas existem alguns deputados. O que mais tem conseguido antipatias é Francisco Dornelles (PFL-RJ), que teria afirmado aos funcionários da AMME — eles têm até um stand montado dentro da Câmara: "Os empresários que não souberam administrar suas empresas que se lasquem" e, ainda, "O Governo está certo nessa questão". A ira foi geral. Como resposta, os mineiros esbravejam pelos quatro cantos que empresários urbanos e rurais representam 85 por cento do total de votantes do País.

Com isso não concorda, por exemplo, o líder do PCB, Roberto Freire. Ele não está nem um pouco sensibilizado com os lobistas. "Vamos anistiar os empresários, mas e os trabalhadores, como é que ficam?", indaga, afirmando em seguida que o assunto pode muito bem ser tratado pelo Governo, caso a caso, para não haver risco de perdão a quem pode pagar a dívida.

Para a Conampe e a UDR, entretanto, a dívida já foi paga no ano passado, quando os bancos tiveram um desconto de 100 por cento do imposto de renda, para capitalizar um Fundo de socorro aos pequenos produtores rurais e urbanos.